

O retorno a campo do racismo, uma questão de fervorosa atualidade*

Pietro Basso**

Resumo:

O retorno em campo e a agudização do racismo são constatados e analisados a partir da perspectiva crítica aos fundamentos sociais desse fenômeno, em sua base quadrangular de atuação: opressão de classe, opressão de raça, opressão de nação, opressão de sexo. Discute-se por que a categoria raça é ainda hoje plena de significado e tem importância, seja para o entendimento das raízes, das componentes ideológicas e das práticas do racismo, seja para o seu enfrentamento pelas lutas antirracistas. Problematisa-se a oposição esquemática entre o velho e o novo racismo, bem como o nexos entre racismo e nacionalismo. No centro desse debate, encontram-se questões atuais como a "etnização" dos povos não-brancos de países periféricos, a criminalização da imigração, a compressão dos salários e dos direitos dos trabalhadores.

Palavras-chave: Raça; racismo; etnização; nacionalismo.

The Reappearance of Racism: A Very Timely Issue

Abstract:

The reappearance and deepening of racism are analyzed from a perspective that is critical of the social foundations of that phenomenon in its four main aspects: class oppression, racial oppression, national oppression and sexual oppression. We discuss why the category race is still full of significance and importance, not only to understand the roots, ideological components and practices of racism, but also for confronting racism with anti-racist struggles. We problematize the schematic distinction between old and new racism, as well as the nexus between racism and nationalism. In the center of the debate, we can find current questions like the "ethnicization" of non-white peoples in peripheral countries, the criminalization of immigration, and the compression of workers' salaries and rights.

Keywords: Race; racism; ethnicization; nationalism.

Ainda faz sentido falar de raça? Essa pergunta foi respondida inúmeras vezes com um não. A raça, argumenta-se, é hoje uma categoria sem significado.

* O presente texto é um capítulo revisado do livro de Pietro Basso, *Razze schiave e razze signore: I. Vecchi e nuovi razzismi* (Milano: Franco Angeli, 2000). Tradução de Patricia Villen.

** Professor associado do Departamento de Filosofia e Patrimônio Cultural da Università Ca' Foscari, Veneza, Itália. Autor de *Modern Times, Ancient Hours: Working Lives in the Twenty-first Century* (London-New York: Verso, 2003); coautor e organizador da obra *Razzismo di Stato: Stati Uniti, Italia* (Milano: Franco Angeli, 2010). End. eletrônico: pbasso@unive.it

As Ciências Naturais e a Antropologia constataram que as diferenças (físicas) entre os diversos grupos “étnicos”, das quais a humanidade é composta, não são mais importantes do que aquelas verificadas internamente a cada grupo. Assim, as populações humanas devem ser consideradas como um *continuum* com muitas variações relativas ao referido tema, mas nenhuma verdadeira descontinuidade. Para muitos estudiosos – não só da atualidade, se for verdade que o primeiro foi Thomas Huxley – seria preferível abandonar completamente o conceito de raça por ser vazio de conteúdo, quando não perigoso. No mesmo sentido, deveria ser afastada qualquer concepção que considere como natural e inevitável a desigualdade entre as raças.

Contudo, a experiência social cotidiana mostra, sem deixar espaço para equívocos, que a raça é uma *realidade*¹. Uma sólida realidade social, psicológica, ideológica, política. A raça é ainda hoje uma categoria plena de significado. E tem importância, e que importância! As raças *existem*. E são *socialmente* desiguais. O mundo está de fato profundamente dividido em raças-senhoris e raças-escravas. Especialmente entre a raça branca (“ariana”- ocidental) e as raças não-brancas² há uma desigualdade muito evidente, que está inclusive se acentuando.

Além disso, no Ocidente, há anos, o racismo está em ascensão. Em todos os campos e em todas as suas formas. No campo teórico, nas políticas estatais, e até no âmbito popular. Na vida pública e naquela privada. Em suas formas expressas e latentes, burocráticas e informais. Como racismo biológico-genético e como racismo cultural. E tendo como alvo as populações de países periféricos e as populações europeias mais pobres (os eslavos, por exemplo).

Retornam ao seu apogeu os Estados-étnicos, expressão da moda das instituições internacionais. Como, por exemplo, a tríplice Bósnia, que foi parida em Dayton. Em Israel, como em muitos outros lugares, são elaboradas bombas étnico-raciais. Nos países periféricos, a etnização dos conflitos é galopante. E ela é operada, em primeiro lugar e com mais peso, “a partir do exterior” do que “pelo interior” (Amselle, 1999).

Readquirem força temas, testes, sentimentos, comportamentos racistas. Sobretudo, a imigração parece funcionar como fator detonador do racismo.

¹ O termo raça foi usado quase sempre sem aspas neste ensaio. Adotei essa opção certamente não para confirmar o valor científico desse termo, mas por uma causa polêmica: para colocar em evidência, contra a hipocrisia dominante, o quanto no plano social ainda hoje tem importância pertencer à “raça branca” ou às “raças não-brancas”.

² A expressão utilizada pelo autor é *di colore*. Esse termo foi traduzido, ao longo do texto, como não-branco, tendo em vista a conotação pejorativa que a expressão *de cor* assume no Brasil, por motivos históricos confrontados pelos movimentos negros. (N. T.)

Acusa-se os imigrantes, especialmente aqueles não-brancos, de importar todo tipo de iniquidade de seus países, representando-os como foco de todas as infecções do corpo e do espírito. Recorre-se diante do imigrante, sempre que possível, a difamações e a violências de todos os tipos. Mas, a “arabofobia”³ e a “islamofobia” certamente não precisam de imigrantes em carne e osso para autoalimentarem-se. Já é suficiente o papel de Hollywood e da grande mídia com suas contínuas propagandas raciais e racistas⁴.

Reaparecem velhos fantasmas, tais quais as explicações biológico-genéticas da criminalidade, delitos, doenças, recorrentemente invocados para as populações não-brancas. A eugenia, outro fantasma horrível dos tempos passados, nunca ganhou tanto destaque como agora, seguindo o exemplo dos êxitos empreendidos pela genética e pelos grandes investimentos industriais. Sem considerar que, no plano ideológico, a eugenia foi apenas levemente envernizada em relação àquela de Galton, permanecendo mais do que nunca nas mãos exclusivas daqueles soberanos de classe e de raça (branca) que, há tempos, a buscam como meio de domínio⁵.

Para avaliar esse retorno a campo da categoria raça e essa ascensão do racismo, o parâmetro decididamente não pode ser a atuação de entes como a Ku Klux Klan ou grupos neonazistas. O processo em ato é *enormemente* mais amplo, profundo, estruturado, institucional, e não está confinado meramente ao âmbito político⁶. O seu maior centro de irradiação não é a Alemanha – segundo quer passar uma incansável campanha antigermânica de etiqueta declaradamente racial

³ Sobre a construção da fobia, em relação aos imigrantes árabes e islâmicos, ver Basso (2010b).

⁴ Em particular, a “boa educação” racial das crianças ocidentais é seguida com “rígidos escrúpulos”. Greer (1999) escreve despididamente: “A Barbie é uma ariana”. As meninas brancas foram contempladas com a publicação de mais de um milhão de exemplares de seu livro. Já dos meninos, encarregam-se os desenhos animados, os jogos de vídeo-game, as ficções, onde o inimigo quase sempre tem os traços diabólicos do estrangeiro, do Outro-de-raça. Ao contrário, o bonzinho (Super-Homem) e a boazinha (Mulher-Maravilha) são brancos.

⁵ Rifkin não é nada mais do que um brilhante, nem sempre competente, propagandista, mas não me parece que esteja fantasiando quando considera a união entre informática e genética como a via que leva ao “nascimento de uma civilização eugênica pilotada pelo comércio”, pelo mercado, pelas multinacionais biotecnológicas, com o apoio de um “‘informal’ sistema de castas biológicas” (Rifkin, 1999).

⁶ Gould mostra de forma aprofundada como a ciência sócio-psicológica norte-americana, por exemplo, está pouco imune ao racismo de fundo biológico-genético e contesta seus supostos “fundamentos científicos do racismo” (Gould, 1981). Uma das obras com a qual polemiza é a de Herrnstein e Murray – docentes titulares no curso de Sociologia e Psicologia da Harvard –, que teve milhões de exemplares vendidos nos Estados Unidos (Herrnstein; Murray, 1994). Com base em testes de QI, esses autores defendem a natural inferioridade de inteligência dos negros em relação aos brancos.

–, são os Estados Unidos enquanto epicentro do mercado mundial, do capitalismo mundial, com a inteira Europa envolvida, não só com a Alemanha no comando. E sua fonte social primária não está nos estratos de base da sociedade, o *populace* “ignorante” e “rude”; está no alto, *bem no topo* da estrutura social.

Segundo as representações hegemônicas, o racismo sobe *de baixo em direção ao alto*, e seu primeiro proponente seriam os sentimentos e os comportamentos disseminados em âmbito popular, de hostilidade e de desprezo em relação às populações imigrantes. No máximo, os Estados, os governos, os parlamentos poderiam ser repreendidos por não fazerem o necessário para contrastar e estancar tais sentimentos e comportamentos ou por alimentá-los de forma imprudente, por meio de decisões individuais ou atos inspirados em lógicas da “intolerância”. Ao contrário, em minha opinião, o primeiro proponente (em força e importância) do reavivamento do racismo em curso é o racismo institucional; e seus primeiros protagonistas são exatamente os Estados, os governos, os parlamentos, as instituições em geral, com suas legislações especiais e seus discursos públicos contra os imigrantes, sua prática administrativa arbitrária, sua seleção racial entre nacionalidades “boas” e nacionalidades perigosas, suas obsessivas operações policiais e seus campos de internamento para imigrantes “indocumentados” e solicitantes de refúgio (Basso, 2010a)⁷.

A questão da raça, das raças, da opressão exercida pelas raças-senhoris, ou melhor, da raça-senhora sobre as “raças-escravas”, é portanto uma questão ainda aberta, viva, de fervorosa atualidade. Da mesma forma, aquela (que dela deriva) do racismo e do antirracismo.

Velho racismo ou novo racismo?

Taguieff ofereceu uma resposta clara a essa pergunta: não se trata mais do velho racismo de fundo biológico, mas sim de um novo racismo de fundo cultural (Taguieff, 1988). No entanto, não acho que seja por aí.

Sobretudo, porque não é verdade que o chamado velho racismo se fundava somente em temas baseados no sangue, na cor da pele, na forma ou no tamanho do crânio, entre outros correlatos. Aliás, temas que, a despeito de tudo, continuam sendo, mesmo na mais zoológica de suas versões, instrumentais à afirmação das qualidades morais superiores da “raça eleita”. Mas o velho racismo é composto de um complexo de fatores naturalísticos e culturais, em conjunto divergentes em razão dos diversificados, conflitantes fundamentos, porém convergentes – e não

⁷ Para maior aprofundamento da tese do *racismo de estado*, consultar Basso (2013).

se trata de uma simples concordância lexical – ao colocar a raça como *categoria central* da história social humana.

O velho racismo doutrinal, para melhor entendermos aquele pré-1945, certamente não concerne somente a Gobineau ou Lapouge, mesmo porque suas doutrinas não se reduzem, em particular no que se refere ao primeiro, exclusivamente à dimensão biológica. O velho racismo é uma unidade múltipla, que deve parte significativa da sua influência e força de convicção exatamente a essa pluralidade convergente de facetas e de tendências. Splenger, Evola, Clauss, Spann, só para citar alguns nomes, defendiam uma versão do racismo espiritualista, e também elitista, abertamente polêmica em relação às teorias mais naturalísticas da raça, mas que exerceu bastante influência. No entanto, trata-se sempre de uma polêmica entre afins. Assim, se de um lado o racismo biológico dá destaque à reivindicação da superioridade moral e histórica de uma determinada raça de sangue, do outro lado a mais espiritualista das teorias raciais, até esotérica, não pode, e não quer, prescindir da precisa referência biológica a uma dada matriz racial naturalista.

Encontramos essa mesma relação também em uma outra poderosa tradição espiritualista do racismo, aquela de marca norte-americana que visa afirmar o destino triunfal da superior “raça conquistadora” anglo-saxã, chamada pela divina providência para propagar no mundo a liberdade e a espiritualidade “cristã”. Também nesse caso, o elemento biológico, embora colocado em segundo plano, não desaparece de fato, pelo contrário (Bairati, 1975). A raça eleita para propagar no mundo a espiritualidade do... dinheiro é rigorosamente branca e anglo-saxã. Em suma, as duas linhagens da doutrina racial nunca jogam uma contra a outra, mas sim uma *a favor* da outra. Quando estão em fase de treinamento podem até disputar entre si, mas isso só serve para melhor prepararem-se para a partida verdadeira, aquela na qual as duas, juntas e solidárias, jogaram, e ainda jogam, *a favor* da raça branca, das classes proprietárias brancas, do colonialismo branco, do capitalismo (mesmo quando parecem o condenar). E jogam *contra* as raças não-brancas, as classes não proprietárias, os colonizados, a classe trabalhadora e as mulheres.

A doutrina racista moderna, velha e nova, é portanto uma unidade de múltiplas determinações que, desde 1500 até hoje, acumularam-se e sedimentaram-se, quase se fundindo ao longo do tempo. Exatamente a mesma coisa é possível afirmar em relação à prática racista (as diferentes práticas racistas) e para o Estado racial (as diversas formas de Estado racial). Por esse motivo, quando se alega que o racismo culturalista ou diferencialista dos dias atuais seja o tipo de racismo propriamente contemporâneo e quando argumenta-se pela sua total estranheza ao racismo biológico, que seria um defunto na atualidade, oferece-se prova somente de superficialidade.

É novo o racismo culturalista? Todo o antissemitismo moderno, contesta coerentemente Balibar, além de ter fundo pseudobiológico, usa determinados estigmas corpóreos para chegar a uma dada constituição espiritual-moral “deformadora” do judeu. E apresenta uma objeção ainda mais incisiva: toda a ideologia francesa, toda a ideologia do colonialismo francês se substancia exatamente em um racismo culturalista, isto é, na “ideia de uma missão cultural de educação do gênero humano por parte da cultura do ‘país dos direitos do homem’”. É nova a *mixofobia*, a aversão pela mistura das raças? De modo nenhum. É um baluarte do velho racismo no que se refere à argumentação determinadamente hostil à mistura, mas na não muda, na essência, se está relacionada aos sangues ou às culturas. Mesmo o desaparecimento do tema hierárquico no neorracismo *à la* Benoist é mais aparente do que real⁸. E o mesmo pode ser dito para o suposto abandono da referência biológica: não estaria falando de “pátrias carnavais” o referido autor? Não falaria da cultura enquanto uma especificidade também étnica? Não atribuiria à Europa, *apenas* à Europa, onde haveria unidade das ditas raças brancas, a superior missão de criar e realizar a “visão absoluta” do homem e da história que sancionará, no seu modo de ver, a superação global de todos os antagonismos (Balibar; Wallerstein, 1991; De Benoist, 1979)?

A oposição esquemática entre o velho e o novo racismo é infundada. Sobre-tudo, se levados em consideração os últimos desdobramentos dessa temática no contexto norte-americano, hoje mais influente que a França no direcionamento do curso da economia, da política e da cultura mundiais. Ali, algumas injustificadas generalizações, de recorte mecanicista e de mera continuidade entre o animal e o humano, da etologia, da neuroquímica, da neuropsicologia, quase sempre encomendadas por prementes interesses industriais, alimentam fortemente as explicações biológico-genéticas dos comportamentos e das desigualdades sociais, e raciais. Ali, não por acaso nasceu uma nova “ciência”, a sócio-biologia, que há tempos se empenhou em fornecer uma nova síntese do social e do biológico na forma, fundamentalmente naturalística, da bio-sociologia (Wilson, 1975)⁹.

Logo, retornam a campo com peso as temáticas direta ou indiretamente raciais e aquele racismo que, durante um curto período, após a vitória dos movimentos anticoloniais afro-asiáticos e o despertar do movimento negro nos Estados Unidos, estavam como que adormecidos no âmago das sociedades europeias. Isso por motivos de força maior. Desde quando as relações de força entre o Ocidente e os países periféricos parecem ter tomado novamente o rumo

⁸ Para maior detalhamento sobre essa questão ver Basso (2000).

⁹ Consultar a crítica radical de Tort et. al. (1985).

desfavorável aos continentes não-brancos, determinados temas e venenos recomeçaram a circular bastante livremente. Talvez com algum disfarce (provisório), com maior cautela em relação à admirável clareza de um Rhodes (“Nós devemos ser o senhores deles”, e eles os nossos escravos) ou de um Cipriani (“A África, lembremos, nunca poderá ser dos Africanos”, deve ser da raça superior dominadora), de um Churchill ou de um Mussolini. Nesse sentido, hoje ao invés de raça, prefere-se dizer etnia ou cultura, ou mesmo civilização, mas não precisa de muito para enxergar um modo *soft*, indireto, discreto, de evocar as “velhas” raças e, principalmente, de *confirmar* e *legitimar* a *desigualdade* entre elas.

Isso fica ainda mais nítido no caso do termo assombrosamente utilizado de etnia. Não há nada que envolva as populações de países periféricos que não seja qualificado como étnico: desde as tradições até as guerras, desde a música até a culinária. A quem isso remete se não a relações, ao relacionar-se social no qual prevalecem o vínculo sanguíneo, os fatores tribais, ancestrais, originários, “orgânicos”, que atribuiriam aos humanos uma identidade fixa e imutável, desde sempre e para sempre? Não é esse um modo bastante transparente de “aludir às raças sem nominá-las”?

Podem ser até mesmo mais insidiosos, tendo em vista que esse conceito equivocado é inequívoco somente na sua capacidade de *fragmentar*, para além da complexidade do fenômeno humano em geral, especificamente a categoria raça. Desde que essa nomenclatura dominou o cenário, por exemplo, não teria mais sentido falar de raça negra (a despeito de tudo unitária), mas sim unicamente de uma *infinidade* de etnias negras diferenciadas, irreconciliáveis entre elas; não há mais nações negras que não devam imediatamente se decompor por dentro em uma pluralidade de “etnias” inevitavelmente inimigas. Somente para citar um exemplo, abram no tópico Camarões a Enciclopédia Geográfica Mundial, *De Agostini* (1995). Vejam que essa nação *não* é uma nação, mas sim, nada mais do que um “mosaico étnico”, um caótico acúmulo de Binga ou Babinga, Gielli ou Bagielli, Fang, Duala ou Douala, Bafia, Maka, Basa, Bamileke, Bamun, Tikar, Durru, Mbum, Vute, Fulbe, Haussa, Kanuri, Kotoko, ainda que essa lista esteja certamente incompleta (no tópico Itália, ao contrário, vocês não encontrarão nenhum termo étnico e nenhuma lista de etnias: trata-se de uma nação de série A). Logo, é nítido como a categoria mais recorrentemente em uso (e de forma abusiva) age atualmente como um *multiplicador* da categoria raça, dotado de um peso nocivo suplementar, pois serve para fragmentar as mesmas identidades de nação e de raça que sem dúvida estão, de um ponto de vista mais amplo, interligadas. Nação e raça são metas muito elevadas para as populações não-brancas: é essa a mensagem, nem tão implícita, que se propaga nas asas das etnias. O mesmo sentido é possível ser constatado pela análise dos traços peculiares ao racismo diferencialista em suas referências às culturas ou às diferenças, na medida em que

por trás de ambas continua presente o eterno estigma do pertencimento étnico para as populações ex-colonizadas, sem mudar a essência da questão.

Sendo assim, quem deseja buscar uma diferença entre o velho e o novo racismo encontrará somente essa parcial, e muitas vezes pejorativa, reformulação dos antigos, variados fatores de uma tradição racista viva e operante, desde sempre polimorfa e volúvel; não um modo diferente de relacionar-se entre a raça-superior e às raças-“predestinadas” a suportar, a servir.

O que é o racismo? E quais são suas raízes?

Em linhas gerais, a resposta que predomina é a seguinte:

Racismo é o preconceito baseado em características físicas socialmente significativas. Chamamos racista quem acredita que a atribuição de qualidades de superioridade ou inferioridade a indivíduos de uma determinada raça tenha uma explicação biológica (Giddens, 1997: cap. VIII).

A raça é um mito, o racismo é um preconceito, o fruto de um funcionamento defeituoso da mente e do espírito, passível de ser superado, se houver vontade de superá-lo, por meio de uma adequada educação da mente e do espírito. Ora, não há dúvida de que o racismo ideológico seja composto por uma verdadeira enciclopédia de mitos e de estórias, de enganos e autoenganos, e seja uma espécie de feira de antiquário das balelas mais estrepitosas e absurdas, a qual pode oferecer, ao percorrê-la, a oportunidade de examinar os métodos com os quais se constroem tais mitos, podendo até provocar risos. Todavia, a raça não pode ser reduzida a um simples mito. A raça é ainda hoje uma *sólida* realidade social. O racismo é uma *relação social material feita de opressão de raça* antes de ser a expressão emotiva e mental que a naturaliza e, enquanto tal, é uma força de conservação da opressão de raça.

Mas a definição acima citada de racismo também é incompleta, pois as relações de raça na modernidade são necessariamente ligadas e mediadas pelas relações sociais entre *classes* e *nações*. Entre classes-exploradoras e classes-exploradas, entre nações-colonizadoras e nações-colonizadas. Dessa forma, ao buscar um conceito de racismo mais completo, mais próximo à realidade, é preciso levar em consideração essa inextricável trama de relações. Albert Memmi também já argumentou nesse sentido, ainda que limitando-se a descrever o momento “interno”, ideológico e psicológico, dessa relação.

[O racismo é] uma das melhores justificativas, um dos melhores símbolos da opressão. O negro é definido como uma pessoa geneticamente incapaz, o que permite mantê-lo em um estado de escravidão econômica; o indivíduo colonizado é sempre definido como tecnicamente inexperiente, o que permite manter a

colonização; e o proletário é definido como politicamente e socialmente infantil, o que permite manter intocado o domínio das classes proprietárias... O racismo é o exagero generalizado e decisivo de diferenças reais e imaginárias, ao interesse do acusador e em prejuízo da vítima, a fim de justificar os privilégios e a violência do primeiro (Memmi et. al., 1965: 18-19).

Logo o racismo, entendido aqui como dado ideológico, não é uma mera invenção (é “exagero”), nem um mero preconceito (é um juízo parcialmente distorcido). Ele *inferioriza* idealmente, em nome da natureza, os sujeitos – o negro ou os não-brancos, o colonizado, o proletário, isto é: o proletário negro e o não-branco colonizado – que já se encontram, *na realidade*, em um estado de inferioridade, de escravidão, subordinado, desprivilegiado, que são submetidos *realmente* à violência dos proprietários de terra brancos, dos colonizadores, dos capitalistas. Mas, se é assim que ocorre, então fica impossível remover tal deformação interior que considera os grupos humanos como sendo por natureza, por razões hereditárias, inferiores a outros, se permanece intocado o núcleo das relações sociais que a regenera continuamente.

Esse núcleo de relações sociais racistas provedor de doutrinas, ideologias, senso comum, sentimentos e ações racistas, encontra-se, por assim dizer, no cruzamento entre a divisão social do trabalho, ou seja, a divisão da sociedade em classes, e a divisão internacional do trabalho, ou seja, a divisão do mundo em nações dominadoras e nações dominadas. E esse núcleo remete ao nascimento, ao desenvolvimento, à essência do capitalismo, e à posição dentro da qual ocupa a “raça operária”, branca antes mesmo que não-branca, aquela que Ferguson já havia definido (criticamente) como uma raça de “iloti”. E, ao mesmo tempo, remete à realidade do colonialismo, do imperialismo. Como escreveu uma estudiosa do imperialismo britânico:

O racismo e o imperialismo sempre foram indissociáveis entre si [...], o racismo não é um “detalhe causal” do colonialismo (que é a atividade concreta do imperialismo), mas é sua “componente consubstancial” – a “mais alta expressão do sistema colonial” e a base da “fundamental discriminação” entre o colonizador e o colonizado (Bush, 1999:7).

Entretanto, em minha opinião é discutível considerar o nexos nacionalismo-racismo como aquele determinante, capaz de explicar por si só toda essa trama de relações materiais e simbólicas. Esse posicionamento foi adotado por Balibar. Para esse autor, o racismo não é mais do que um suplemento do nacionalismo, uma idealização do nacionalismo, uma espécie de supernacionalismo, uma vez que *todo* nacionalismo contém um potencial de opressão de raça. Ora, a formação das nações modernas é, de um lado, uma forma de *união*, também interracial, que

liga e funde populações de feudos, *Marche*¹⁰, cidades-estado, Estados e províncias regionais ou subregionais; porém, de outro lado, reproduz em diferentes níveis *divisões*, pois se constitui só a partir da diferenciação – e oposição – de outras nações. O nacionalismo é congênito à nação, o nacionalismo é sempre exclusivismo, logo é racismo em potência, enquanto toda nação faz alusão a um determinado pano de fundo racial. Entretanto, é necessário lembrar que, no plano histórico, o racismo pré-existe ao nacionalismo e que, no que se refere ao Ocidente, é uma força que opera, tanto dentro quanto acima de cada nação individual, e se manifesta em todo o mundo branco.

Além disso, não me parece o caso de comparar, quanto ao efetivo conteúdo racial, o nacionalismo e o racismo das nações que ocupam uma posição dominante na divisão internacional do trabalho e do mercado mundial ao nacionalismo e ao “racismo” das nações dominadas. A história traz formas de “racismo” dos povos dominados, que representam, no mesmo sentido, diversas formas fundamentalmente *coagidas*, derivadas, de autodefesa dos oprimidos. Não estou dizendo que são benéficas, pois toda forma de racismo é, embora em graus diferentes, um obstáculo ao encontro livre e paritário de todas as raças; até mesmo porque o “racismo” dos oprimidos, mesmo se lhes permite unirem-se num dado contexto e aumentarem a força de resistência à opressão, concomitantemente os enfraquece, pois os separa de outros oprimidos que estão “na mesma condição”, inclusive daqueles do interior da nação dominante. Todavia, a experiência histórica também prova o quanto e o porquê a produção de ideologias racistas tem sido, e ainda é, uma especialidade do mundo “branco”. O quanto e o porquê os extermínios, as perseguições, as discriminações de raça na idade moderna e contemporânea testemunharam, e ainda testemunham, o Ocidente como protagonista e, paralelamente, como vítimas, quase sempre os povos não-brancos ou as populações brancas incorporadas ao ódio de raça, como os eslavos, *Düingervolk*, os povos-estrupe na visão de Hitler e também dos produtores da atual opinião pública “democrática”. O quanto e o porquê a criação do Estado racial também foi obra do mundo branco ocidental; antes dentro dos Estados Unidos, Austrália e África do Sul, depois, da Alemanha. Enfim, embora seja inquestionável a ligação existente entre racismo e nacionalismo, sobretudo entre racismo e nacionalismo das nações dominantes no mercado mundial, a questão racial não pode ser reduzida a essa ligação.

Entre os componentes do racismo ideológico e prático, ao lado da exploração de classe, do colonialismo e do nacionalismo, que constituem seu núcleo duro, também deve ser considerada a opressão de sexo, a opressão da mulher. Flora Tristan foi quem associou o destino de escravidão (das mulheres, verdadeiras

¹⁰ Termo da língua alemã, relativo ao conjunto de territórios localizados na fronteira com o Império carolíngio (dinastia de Carlos Magno). (N.T).

“párias”) ou de libertação da “raça-mulher” àquele da “raça-proletária” (Tristan, 1975: 175-194). E, ao fazer essa associação, denunciou antecipadamente o que teria sido, posteriormente, um elemento recorrente de todas as doutrinas racistas: a inferioridade *natural*, biológica, de crânio, “orgânica”, espiritual da mulher em relação ao homem. A autora lança luz sobre uma série de paralelismos entre a mulher e outros seres considerados geneticamente ou espiritualmente inferiores, que desembocam justamente no nexos mulher-escravo e, algumas vezes, naquele mulher-judeu. Gould destacou com eficácia isso:

Os racistas científicos e os sexistas frequentemente atribuem suas etiquetas de inferioridade a um grupo desvantajado específico; mas *raça, sexo e classe estão interligados*, e cada um age como substituto aos outros. Estudos específicos podem ter alcances limitados, mas a filosofia geral do determinismo biológico é pervasiva: isto é, as hierarquias das vantagens e das desvantagens seguem as leis da natureza e a estratificação reflete a biologia (Gould, 1981:80, grifo nosso).

Igualmente pervasiva é a filosofia geral das doutrinas racistas de fundo cultural ou espiritual (moral). Por esse motivo, é possível afirmar que o racismo, entendido em sentido *lato*, também pressupõe no plano histórico a opressão de sexo e o sexismo, e serve de força ativa para sua justificação e reprodução. Enquanto ideologia, o racismo, no seu conjunto unitário de várias formas de racismo, é a *ideologia da exploração e da opressão das raças - “escravas” por natureza: os não-brancos, os proletários e as mulheres*. Nessa ideologia se refletem (de forma distorcida) as relações sociais, materiais e políticas que a produzem, vistas pela ótica da classe e da raça dominante, que é – embora o negue –, uma ótica (também) patriarcal.

A agudização do racismo

Nessa sua dimensão dupla, material e ideal, o racismo é orgânico ao capitalismo, seja àquele dos primórdios, com seu proto-colonialismo católico à la Colombo ou Cortes, seja àquele dos dias atuais, com seu neocolonialismo “humanitário” à la Schwarzkopf-Clark ou Obama e seus “zelosos carnífcies europeus”. Logo, trata-se de um fenômeno permanente, que acompanha o inteiro curso histórico do capitalismo, embora com eventos alternados. Recentemente, o racismo voltou a tornar-se mais agudo.

Essa agudização está ligada principalmente à crise econômica da metade dos anos 1970¹¹ e à profunda reestruturação econômica e social que se seguiu.

¹¹ A eclosão da crise global (2007) também produziu, ainda mais do que aquela dos anos 1970, uma intensificação do racismo em todas as suas formas, sobretudo, o racismo institucional, ver Basso (2010a).

Uma reestruturação ocorrida segundo os ditames do turbo-capitalismo, da mundialização financeira e do neoliberalismo. É coerente o que foi destacado por Wallerstein ao considerar o racismo como a fórmula mágica que permitiu ao capitalismo minimizar os custos de produção, a partir do custo de trabalho, e ao mesmo tempo minimizar “os custos da desordem política”, reduzindo o máximo possível os protestos da classe operária por meio das divisões raciais e da estratificação da força de trabalho (Balibar; Wallerstein, 1991: 33)¹². Ele vê por trás, no fundo da retomada do racismo, a espasmódica busca capitalista por uma força de trabalho com custos cada vez mais baixos e mais precária. Uma busca que também passa por uma nova e determinada pressão global, não só salarial, sobre as populações não-brancas, voltada a destruir os avanços (relativos) por elas atingidos com os movimentos revolucionários anticoloniais. Para realizar-se plenamente, essa pressão precisa dividir os povos ex-colonizados e dividir internamente todas as nações neoindependentes a partir de linhagens subnacionais, étnicas ou tribais, repropendo, num novo cenário de colonialismo financeiro, a prática do *divide et impera* própria ao colonialismo histórico.

A etnização dos povos não-brancos e a criminalização da imigração servem ao objetivo de comprimir o custo da força de trabalho e os direitos dos trabalhadores não-brancos: seja nos países terceiros, onde as grandes empresas ocidentais deslocam parcelas cada vez maiores da produção relativa às indústrias maduras; seja nos países ocidentais, em relação à massa de trabalhadores provenientes de países periféricos. Todos os estereótipos inferiorizantes dos imigrantes difundidos à exaustão pela mídia, mesmo aqueles pietistas e miserabilistas, fornecem água ao moinho do lucro. E com um movimento quase natural, projetam sua sombra tanto sobre os povos não-brancos como sobre o trabalho assalariado enquanto tal, *inclusive seu componente branco*, pois diz respeito a uma classe social composta, pelo menos em parte, e uma parte continuamente crescente, de subhumanos que não podem ser considerados senão uma classe inferior, que merece ser tratada como tal.

Um fator muito importante da agudização do racismo na Europa foi a eclosão de três guerras, todas com traços clássicos das guerras coloniais, com a

¹² Wallerstein sublinha que nesse contexto racismo e sexismo estão “intimamente ligados”: “A etnização da força de trabalho serve para manter salários baixíssimos a inteiros segmentos da força de trabalho. Esses salários baixos são factíveis porque os assalariados estão ligados a uma estrutura familiar na qual as rendas salariais constituem somente uma porção relativamente pequena da renda familiar geral” (Balibar; Wallerstein, 1991: 34). É conhecido o quanto o papel subordinado da mulher é essencial dentro dessas estruturas familiares. O estudo de grande mérito de Meillassoux lança luz sobre a função central da “comunidade doméstica” (não-branca) para a reprodução a preços módicos da força de trabalho para o capitalismo mundial “nas condições históricas do domínio imperialista” (Meillassoux, 1975).

mesma ocupação militar dos territórios do país vencido pelas grandes potências (ex) coloniais: a guerra pelas Malvinas-Falkland, Kuwait e Iugoslávia. É possível notar como nos três casos a propaganda de guerra e de paz assumiu um caráter generalizado, com evidente conotação racista, contra *todos* os povos de países periféricos (não somente contra o inimigo do momento), representados como populações de ovelhas habituadas a seguir os mais sórdidos dos ditadores (aliás, queridos dos grandes ditadores do mercado mundial), povos-criança e, igualmente, povos predadores, violentos, sanguinários, forçados a serem como são pelas próprias culturas primitivas ou pelas próprias religiões bárbaras. Povos incivis em razão da sua incivilidade rebelde às nações-farol da humanidade, todas de raça – entende-se contextualmente – ariana. Nações arianas que são mais uma vez obrigadas, como se lamentava o altruísta Kipling, a carregar nas costas o fardo pesado da civilização dos povos e das raças inferiores, quando necessário até com armas, como usual no “novo humanitarismo militar” (Chomsky, 1999)¹³.

No Ocidente atual, a produção desse tipo de propaganda “científica” e jornalística, quer em tempo de guerra, quer de paz, é infinita; e é uma das provas mais contundentes de que a questão racial, longe de ter sido superada, longe de ser um câncer típico tão somente dos regimes racistas, pelo contrário, está ainda amplamente aberta, inclusive na totalidade dos países democráticos formalmente antirracistas.

Trata-se de um racismo diretamente emanante dos interesses capitalistas: racismo institucional (o qual Giddens assume, tangencialmente, a existência): mas essa retomada do racismo não envolveria também os trabalhadores ocidentais ou, pelo menos, uma parcela, ou até uma larga parcela deles? Lamentavelmente sim. Não é possível atribuir à classe trabalhadora da Europa de hoje a mesma avaliação de Arendt sobre o comportamento da classe operária alemã em relação ao antisemitismo (ou melhor: antijudaísmo, porque há semitas que não são judeus): “a classe operária foi a única que permaneceu relativamente imune ao antisemitismo, em particular na Alemanha, onde tinha recebido uma educação marxista” (Arendt, 1979: 34-35) grifo nosso)¹⁴

Hoje, diferentemente, sentimentos e comportamentos xenófobos são notados, não de forma marginal, também no proletariado. Não estou falando, como

¹³ Foi Chomsky quem ironicamente utilizou o termo “novo humanismo (ou humanitarismo) militar”, militarista.

¹⁴ Uma avaliação – sobretudo um dado de fato – muito esquecida nos tempos atuais em que fazem sucesso os escritos de Goldhagen e Kershaw. Esses autores acabam (ou começam?) por acusar os alemães como *um todo*, indistintamente como povo (como raça?), de terem gostado de colaborar com o nazismo, e de terem sentido igual prazer ao criá-lo (Goldhagen, 1997; Kershaw, 1999).

Balibar, da produção de *teorias* racistas por parte das classes dominadas¹⁵, pois tal atividade foi, e é, manifestamente assumida de forma exclusiva pelas classes dominantes, pelas modalidades específicas de produção de ideias derivadas da atual divisão social do trabalho. A xenofobia e o “racismo” operários *não* têm a característica de organicidade que adquirem na classe capitalista, pois em larga medida dependem das condições de fraqueza da classe operária e da atual ausência de uma “educação” internacionalista, no passado típica (e *exclusiva*) do proletariado, dos proletários mais conscientes.

A concatenação dos fatores é visível. Sem uma organização dos trabalhadores, que seja adequadamente unitária e interracial, a imigração e a concorrência objetiva com os trabalhadores de países periféricos acompanham o rebaixamento de níveis salariais, de direitos e das condições de vida dos trabalhadores autóctones. Há uma piora dessas condições, sobretudo, acentua-se o medo de uma crescente piora futura. É isso que os leva a se refugiarem, defensivamente, na construção de barreiras ou de guetos diante dos trabalhadores imigrantes, quando não no pedido de repatriamento, que diz respeito especificamente aos chamados clandestinos. Os proletários que apoiam os partidos de ultradireita são uma encarnação dessa tendência, mas é preciso reconhecer que suas “ideias”, não produzidas por eles, mas sim *emprestadas*, e seus sentimentos estão presentes muito além dos movimentos ativamente engajados contra a imigração.

Contudo, trata-se de um posicionamento *reversível*, substancialmente não natural para os trabalhadores assalariados, porque os elementos, os interesses que *aproximam* os trabalhadores autóctones àqueles imigrantes são mais amplos e decisivos do que os elementos de divisão e de contraposição. No restante, na grande maioria dos casos, mesmo numa conjuntura bastante sombria como a do presente, os espaços onde ocorrem um verdadeiro entrelaçamento solidário de ações e uma recíproca ajuda entre autóctones e imigrantes se dão somente entre os trabalhadores. Para a agudização do racismo participam as empresas (o mercado), as instituições (o Estado), e também os estratos populares. Mas na constituição e na difusão do antirracismo, principalmente daquele autêntico, contribui *somente* a classe trabalhadora. É um fato: não há *nenhuma* empresa que seja antirracista. A multicores Benetton, que se vangloriava desse slogan nas publicidades, foi pega utilizando a força de trabalho esgotada e sub-remunerada de crianças curdas. Não há *nenhum* Estado, principalmente europeu, que seja

¹⁵ Balibar afirma: “Todo racismo histórico é *concomitantemente* institucional e sociológico”, ou seja, burguês-estatal e popular-proletário (Balibar; Wallerstein, 1991: 39). Contudo, há um problema que é fundamental nessa afirmação: o que produz o quê? Quem domina quem, no campo material e naquele intelectual?

efetivamente antirracista, mesmo que adote leis penais antirracistas, talvez depois, ou antes, de ter afundado embarcações lotadas de imigrantes. Diferentemente, há inúmeras, ainda pequenas e restritas, iniciativas e organismos populares em prol da solidariedade e da unidade entre trabalhadores de diversas raças e nacionalidades. Aliás, na Europa e nos Estados Unidos, mesmo com todos os limites, os sindicatos são as únicas instituições efetivamente, *em um certo grau*, multirraciais e multinacionais.

Considerações finais

O presente texto, deveria ter ficado claro, é uma crítica ao racismo, seja como sistema das relações sociais, seja como ideologia.

Mas esse posicionamento não se filia à linhagem do antirracismo culturalista, que assume o enfrentamento à *mixofobia* como programa, em nome da mestiçagem, mistura, hibridismo, sincretismo, “mulatização”. Sem subestimar o papel positivo de alguns momentos de verdadeiro encontro, troca, aproximação, confraternização, união permanente entre indivíduos e grupos de imigrantes e de autóctones em todos os espaços de autêntica sociabilidade (das artes, jogos, esporte, canto e culinária perfeitamente incluídos); minha perspectiva foca a crítica dos *fundamentos sociais do racismo*. Isso porque tenho certeza que, sem considerar as raízes *estruturais* dessa questão, não será efetivamente possível superar a atual divisão e desigualdade de classe entre raças-senhoris e raças-escravas, nem será possível acabar com convenções e sentimentos que as refletem e as alimentam. Na ausência de um forte movimento nessa direção, até a rede de relações interraciais e interculturais, que já está realmente acontecendo, corre o risco de se transformar em uma oficina de paternalismo, que pode ser, ora mais, ora menos, burocratizada, prepotente.

O racismo se sustenta sobre uma base quadrangular: opressão de classe, opressão de raça, opressão de nação, opressão de sexo. Sobre essa base não é possível florescer, em ampla escala, nenhum outro tipo de relação que não seja aquele atualmente imperante. Por esse motivo, a perspectiva da efetiva superação das atuais barreiras nacionais e raciais no sentido da cooperação e da fusão voluntária entre os povos de todas as cores não pode ser concebida de outra forma que não seja uma mudança profunda e generalizada de todas as relações sociais, com um alcance histórico imensamente superior ao das revoluções burguesas. Como um *salto de qualidade* – principalmente das raças-escravas, mas também daquelas senhoris – pois o pleno desdobramento das ilimitadas possibilidades criativas e cooperativas da espécie humana está todo colocado *para além* deste nosso presente poluído e dilacerado pelos antagonismos. Estamos apenas começando a vislumbrar o que a humanidade de todas as cores, verdadeiramente

livre, pode vir a ser.

Essa é uma perspectiva demorada e distante, dirão. Concordo. Mas não é um argumento contrário. Todas as transformações históricas precisam de tempo.

Bibliografia

AMSELLE, J. L. (1999). *Logiques métisses: Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*. Paris: Payot & Rivages.

ARENDT, H. (1979). *The Origins of Totalitarianism*. San Diego-NewYork-London: Harcourt Brace & Company.

BAIRATI, P. (org.) (1975). *I profeti dell'impero americano*. Torino: Einaudi.

BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. (1991). *Race, Nation, Class*. London: Verso.

BASSO, P. (2013). Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. In: TAVARES; M. A.; CLÁUDIA, G. *Intermitências da crise e questão social: uma interpretação marxista*. João Pessoa: Editora da UFPB.

_____ (2010a). Ascesa del razzismo nella crisi globale. In: _____ (org.). *Razzismo di Stato: Stati Uniti, Europa, Italia*. Milano: Franco Angeli.

_____ (2010b). Tre temi-chiave del razzismo di Stato. In: _____ (org.). *Razzismo di Stato: Stati Uniti, Europa, Italia*. Milano: Franco Angeli.

_____ (2000). *Razze schiave e razze signore. (I) Vecchi e nuovi razzismi*. Milano: Franco Angeli.

DE BENOIST, A. (1979). *Les idées à l'endroit*. Paris: Éditions libres-Hallier.

BUSH, B. (1999). *Imperialism, Race and Resistance: Africa and Britain 1919-1945*. London: Routledge.

CHOMSKY, N. (1999). *The New Military Humanism: Lessons from Kosovo*. Monroe: Common Courage Press.

GIDDENS, A. (1997). *Sociology*. Cambridge: Polity Press.

GOLDHAGEN, D. (1997). *Hitler's Willing Executioners*. New York: Vintage Books.

GOULD, S. J. (1981). *The Mismeasure of Man*. New York/London: W.W. Norton & Company.

GREER, G. (1999). *The Whole Woman*. New York: Bantam Books.

HERRNSTEIN; R. J.; MURRAY, C. (1994). *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life*. New York: The Free Press.

KERSHAW, I. (1999). *Hitler 1889-1936: hubris*. London: Penguin Books.

- MAUCORPS, P. H. et. al. (1965). *Les français et le racisme*. Paris: Payot.
- MEILLASSOUX, C. (1975). *Femmes, greniers e capitaux*. Paris: Maspero.
- RIFKIN, J. (1999). *The Biotech Century: How Genetic Commerce Will Change the World*. London: Orion Publishing Group.
- TAGUIEFF, J. P. (1988). *La force du préjugé: Essai sur le racisme et ses doublés*. Paris: La Découverte.
- TORT, P. et al. (1985). *Misère de la sociobiologie*. Paris: Puf.
- TRISTAN, F. (1975). L'unione operaria (1843). In: VIDONI, F. (org). *La lotta di classe: Antologia critica di scritti inediti di teorici operai artigiani nel periodo 1830-1848 in Germania e in Francia*. Milano: Lavoro Liberato.
- WILSON, O. (1975). *Sociobiology: The New Synthesis*. Cambridge Ma: Harvard University Press.